

O corporativismo da corrupção

O Congresso está caminhando em marcha combatida, célere, para a completa desmoralização. Vozes que ontem viam perigosa contrariedade à vontade popular no fato de o Supremo Tribunal Federal (STF) ter aceito julgar a legalidade do ato do Senado que cassou os direitos políticos do ex-presidente Fernando Collor de Mello hoje não temem eventual fúria popular quando minam a eficiência das investigações da CPI do Orçamento. Os caciques do PMDB, PFL e PPR que impediram a elaboração de um relatório parcial dos resultados da CPI — pois já existem provas e indícios de sobra da prática de delitos, quanto mais da falta de decoro parlamentar, por parte de deputados e senadores — estão brincando com fogo.

Sob um pretenso senso de justiça que os leva a repelir o indiciamento, para efeitos de pedido de cassação de mandato, de uma leva dos delinqüentes do Orçamento, mas não de todos (como se fosse possível a um relatório parcial abranger todo o universo de irregularidades), estes líderes partidários estão afrontando a opinião pública como se esta fosse constituída por imbecis! Ora dizem temer que os indiciados escapem do castigo pela via da renúncia; e, no momento seguinte, protelam o processo impedindo que o julgamento político se faça em duas etapas. E, finalmente, inquinam de "político" o resultado parcial, porque entre os indiciados há mais deputados daqueles partidos do que de outros: o que apenas indica que alguns partidos

são mais mal freqüentados, fato que só ressalta culpas e responsabilidades por bandalheiras diversas. Não viram tais líderes, durante os últimos anos, qualquer risco político em chamar de "nobres colegas" os manipuladores do Orçamento que agora são desmascarados, muito embora tais ações fossem de ocultação extremamente difícil. Não se queixem, agora, dos prejuízos que suas legendas certamente sofrerão. Há coisas piores.

A CPI chegou a seu momento decisivo. Ou vai até o fim e mostra a corrupção mais deslavada praticada no Legislativo, forçando a regeneração do tecido moral deste Poder, ou se afoga no fracasso, levando para o fundo os últimos resquícios de respeitabilidade da instituição parlamentar. Tolo será quem acreditar que o Congresso submerso apenas repousará em fundo lodoso. Há neste país muita capacidade de indignação e firme desejo de vê-lo no caminho da austeridade para que este escândalo seja abafado. A maioria se incomoda com o próprio silêncio; já se ouve o murmúrio do grande mudo. Lidam com sentimentos sérios, que tendem a ficar irresistíveis, os homens que estão tentando armar no local onde se manifesta a soberania popular o escritório de representação de interesses mesquinhos.

Este é, repetimos, o momento da decisão. De

um lado, tem-se a reação gradual da parte sadia das instituições e da sociedade, agredida pela revelação de fatos escabrosos e assustadores. De outro, a ousadia dos acusados e o corporativismo da corrupção se avolumam para enfrentar a CPI. O próprio PMDB, liquidado como organização por aquilo que foi revelado e pelo que ainda será, assume o comando do processo de desmoralização da CPI, na vã tentativa de salvar membros eminentes de sua cúpula; até aqui incapazes de oferecer

contestação plausível às acusações minuciosas que lhes foram feitas.

Diante da ousadia dessa gente, o senador Jardim Passarinho e o deputado Roberto Magalhães pouco podem fazer e não se veja na afirmação desdourada às qualidades dos dois parlamentares. São ambos homens de honra e de diálogo — o que não obscurece sua coragem pessoal — quando a situação exige homens de luta, com o desassombro capaz de arrostar, em qualquer termo e em qualquer terreno, a desfaçatez e a violência com que agem os defensores da corrupção. Estes homens — os corruptos e os que toleram sua companhia — nada mais têm a perder. Já lhes voou pela janela a honra; não lhes resta dignidade; o cabedal eleitoral esvaiu-se nas denúncias desmoralizadoras; amor ao

País jamais tiveram, pois, se houvesse algum, não teriam feito o que fizeram. Muitos deles têm, porém, a coragem desesperada dos loucos. Não se detêm diante da perspectiva de sua ação levar, primeiro, à desagregação do Legislativo e, depois, a um retrocesso institucional.

Ninguém deseja a ruptura da normalidade democrática ou o atropelo disfarçado das instituições, mas também a ninguém é dado ignorar que o tratamento desastrado do escândalo do

Orçamento — que é o escândalo do Congresso! — está afunilando o caminho que leva às tentações salvacionistas. O deputado Aloizio Mercadante já se precipitou no pedido do aval moral das Forças Armadas pa-

ra o trabalho da CPI, quando se pensou que o grande inimigo fossem as empreiteiras. Sabe-se, agora, que a quinta-coluna, se não é maior, é tão grande quanto o inimigo externo, mas mais perigosa, já que possui as armas capazes de fazer implodir o Legislativo aos olhos do povo. Terá ele, terão os jacobinos entre os quais se perfila o deputado, vigor moral para pedir o apoio das legiões a que se referiu o general Benedito Leônidas para neutralizar o corporativismo da rupção que ameaça liquidar a CPI?

Das decisões da CPI dependerá a credibilidade do Congresso e o futuro das instituições